

Fiocruz

Relatório Final do I Congresso Interno

Relatório Final do I Congresso

I CONGRESSO INTERNO – CIÊNCIA E SAÚDE: A FIOCRUZ DO FUTURO
JULHO DE 1988

PLENÁRIA FINAL

Presidente

Antonio Sérgio da Silva Arouca

Secretário Geral

Paulo Gadelha

Relatores Gerais

Paulo Buss

Renato Cordeiro

Equipe de Relatores

Fernando Pires

Hayne Felipe da Silva

Marcus de Barros Pinto

Nísia Verônica Lima

Otávio Pieri

Colaboração

Carlos Tobar

FASES PRELIMINARES

Comissão Organizadora

Dalton Mario Hamilton – coordenador

Akira Homma

Ary Carvalho de Miranda

Joaquim Moreira Nunes

Paulo Buss

Paulo Gadelha

Pedro Barbosa

Renato Cordeiro

Relator Geral

Jaime Oliveira

Janise Moreira de Paiva - Presidência

João Quental – Bio-Manguinhos

Júlio César Gomes de Oliveira – Far-Manguinhos

Leonardo César Coutada - INCQS

Maria Élide Bortoletto - SIC

Maria Nazareth Meirelles - IOC

Marlene Bráz - IFF
Nísia Verônica Trindade - COC
Roberto Weikhauser - CPqRR
Sônia Barone - SAG

Celia Maria de Almeida (Revisão)
Edna Padrão (COC)

Equipe de Relatores

Álvaro Romana – CpqAM
André Malhão – EPSJV
Élio Grossman – Prefeitura
Jaime Oliveira - ENSP

PESQUISA

1 – DIRETRIZES

A atividade de pesquisa deve ter como primeira e essencial característica a busca e geração de novos conhecimentos, levando à ampliação do edifício da ciência que o homem vem construindo há milênios. Algumas das descobertas equivalem à adição de um simples tijolo, outras, às de imensas vigas. Porém, todas são necessárias ao andamento do projeto.

A geração de novidade é o que mais distingue a atividade de pesquisa. Uma verdadeira instituição de pesquisa gera conhecimento, gera novidade.

Num contexto mais amplo, poderíamos dizer que a finalidade básica e distintiva do trabalho do pesquisador é a geração do conhecimento científico original. Isto significa que ele deve estar trabalhando na fronteira do conhecimento, pois para gerar algo novo ele deve conhecer o velho, sob pena de (re)inventar a roda ou (re)descobrir a pólvora. Deve estar informado onde se situa o limite entre o conhecimento e o desconhecimento e buscar deslocar esta fronteira para mais adiante, num processo sem fim e de eterno recomeço. Além disso, deve estar consciente de que o seu achado, a sua novidade, é a meta a ser posteriormente ultrapassada, a noção a ser mais adiante melhorada, a verdade luminosa que logo se tornará banal.

A geração do novo conhecimento pressupõe então, de saída, um ambiente de trabalho que seja propício à informação do pesquisador sobre o estado atual de sua arte. Ele irá gerar a nova informação a partir de dados e de outras informações, assim como o artista gera a obra de arte a partir de uma pedra bruta.

Na área de saúde, a pesquisa reveste-se hoje de formas cada vez mais abrangentes, a partir de perspectivas tão diversas como: a pesquisa biológica básica, com suas inúmeras subdivisões; a pesquisa clínica; a pesquisa epidemiológica; a investigação sobre a gerência dos serviços e sistemas de assistência à saúde; o desenvolvimento tecnológico; a produção de bens e serviços; enfim, a investigação a partir de distintas áreas das ciências humanas, incluindo a filosofia, e das ciências ambientais.

Neste sentido, a FIOCRUZ se constitui em exemplo raro de instituição no país – e talvez mesmo no mundo – onde este tema é abordado a partir de pelo menos boa parte destas múltiplas perspectivas.

É verdade que estas abordagens encontram-se hoje fortemente desintegradas. Mas se conseguirmos superar este quadro de fragmentação e isolamento, buscando, ao contrário, alcançar uma situação de inter-influência estimulante e provocadora entre as várias áreas de pesquisa, a Fundação, pelo já exposto, apresenta o potencial de constituir-se em algo como um "Instituto de Saúde", sem adjetivações que expressem falsas dicotomias.

Isso não implica, de modo algum, perda da identidade, das formas próprias de funcionamento, do recorte específico de sub-objetos e as maneiras de abordá-los nas distintas áreas de pesquisa. Preservando essas características, implica ampliar os horizontes, o grau de informação, o estímulo à imaginação criadora e à recuperação da totalidade perdida em cada especialista.

Desta forma, a primeira diretriz que devemos estabelecer é a preservação e desenvolvimento desta pluralidade de interesses e de atividades de pesquisa em torno do tema saúde, que caracteriza a Fundação e representa um de seus elementos de riqueza.

Para tanto, faz-se necessário buscar o equilíbrio entre liberdade de iniciativa e autonomia intelectual dos pesquisadores, com um planejamento institucional que contemple o propósito de sustentar o desenvolvimento científico e tecnológico e a participação de instâncias legítimas na definição de áreas prioritárias e seus mecanismos de financiamento.

Trata-se, portanto, de construir uma instituição em que a atividade de pesquisa seja livre sem ser desorganizada ou alienada, seja planejada sem ser autoritária, seja socialmente responsável por desejo e vocação e não por obrigação, e seja internacionalmente de vanguarda sem necessidade de acordos subservientes.

Nesse contexto, a FIOCRUZ pautará esforços buscando atender seus compromissos com a sociedade, através dos dois grandes eixos integradores de sua atuação: a Política Nacional de Saúde e a Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

2 – PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- A presente política governamental de restrição total e absoluta às substituições e contratações de pessoal, em qualquer nível (científico e administrativo), e por qualquer via (Tesouro ou diretamente arrecadado), não é uma política suicida: é uma política assassina, geradora de um massacre em grande escala. Vivemos um momento surrealista em que, mais do que nunca, a importância do trabalho de pesquisa parece não ser reconhecido por vários escalões do governo.
- Inexistência de uma política de comércio exterior que diferencie as importações de instituições de ciência e tecnologia.
- A homogeneidade de tratamento que as boas e as más instituições recebem é injusta e trágica. Importar um insumo fundamental para um trabalho prioritário é, atualmente, tarefa de iniciativa unicamente nossa, inexistindo um apoio em nível federal. Equipamentos e insumos cruciais a projetos de pesquisa, e que têm de ser importados, não chegam, ou chegam após a conclusão do período previsto para a realização do projeto. Ressalta-se aqui a boa vontade do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e de suas agências (FINEP, CNPq), que são tão vítimas do desprezo, do despreparo e da mesquinhez de outros escalões governamentais, quanto as instituições científicas que querem ajudar.
- Ausência de um Projeto Institucional que norteie, delimite e defina prioridades.
- Dificuldades (ora latentes, ora explícitas) para preservar tanto a autonomia de opinião quanto a liberdade na definição dos temas de pesquisa, numa Instituição que além de acadêmica é também "de governo" e "de produção". Com a conseqüente tendência, sempre latente e intrínseca às características da Instituição, à subordinação da atividade de pesquisa, tanto às formulações governamentais do momento, quanto a um lógica de "resultados imediatos".
- Forte dependência da Instituição de recursos financeiros externos, o que por vezes leva a uma tendência de orientar as linhas de investigação muito mais por prioridades definidas por agências de fomento do que pela própria FIOCRUZ.
- Ausência de critérios claramente definidos de avaliação das atividades de pesquisa que levem em consideração as especificidades das múltiplas áreas envolvidas.
- Compartimentalização e especialização crescente das áreas de pesquisa.
- Tendência a um fechamento de grupos de pesquisadores em si mesmos e a um desinteresse pelos temas alheios à sua especialidade e pela busca de uma visão mais global do objeto comum de trabalho.
- Deficiência no funcionamento de mecanismos institucionais que promovam aproximação e intercâmbio entre distintos grupos de pesquisadores, com grupos dedicados a outras atividades e com setores externos da FIOCRUZ.

3 – PROPOSIÇÕES

- Criar uma Coordenação Colegiada de Pesquisa para a FIOCRUZ, formada pelos coordenadores de pesquisa das unidades e vinculada à Vice-Presidência de Pesquisa.
- Criar e efetivar Coordenação de Pesquisas Colegiadas entre projetos afins, vinculados à Vice-Presidência de Pesquisa.

- Definir em nível do Regimento de cada unidade, sobre a necessidade de se constituir Coordenações de Pesquisa entre projetos afins.
- Desenvolver atividades integradoras das diferentes áreas de investigação que estimulem o aumento da informação recíproca entre elas. Neste sentido, sugere-se a criação da "Semana Científica" da FIOCRUZ, com realização periódica, definida como uma espécie de "SBPC interna", pela referência às reuniões anuais daquela Sociedade.
- Criar e desenvolver "Núcleos" e "Centros" multidisciplinares, integradores de áreas diversas de investigação científica que exijam proximidade física e infra-estrutura comum.
- Priorizar negociações institucionais (da FIOCRUZ como um todo) com as agências de fomento, visando apresentar proposições articuladas de pesquisa que sigam as diretrizes gerais do Projeto Institucional sem tolher, ou de grupos específicos de pesquisadores, na busca de recursos financeiros.
- A FIOCRUZ deve aumentar sua dotação orçamentária para a pesquisa e propor a criação de novos mecanismos administrativos para absorver e gerir recursos de iniciativa privada e agências governamentais, propugnando pela extensão da Lei nº 7505, de 02.07.88, às chamadas atividades de pesquisa.
- Realizar avaliações periódicas de desempenho global das unidades, programas e projetos, através de comissões externas ou mistas, constituídas por especialistas independentes.
- Definir critérios de avaliação das atividades de pesquisa, com atenção para as especificidades de cada área.
- Aperfeiçoar o relatório anual dos trabalhos desenvolvidos na FIOCRUZ, envolvendo todas as suas atividades, inclusive as de pesquisa, com ampla divulgação interna e externa.
- Adotar uma política de modernização de equipamentos para a pesquisa, em consonância com o atual estado de evolução do conhecimento.
- Melhorar a infra-estrutura de apoio à pesquisa e de geração de recursos diretamente arrecadados, sejam aqueles de caráter geral (manutenção, compras, etc.) sejam os mais específicos, como setores de importação/exportação e de gestão científica e tecnológica (negociação sobre patentes, intercâmbio, compra e venda de tecnologia e produtos, etc.).
- Propugnar, junto ao governo federal, pela expansão do quadro de pesquisadores e de pessoal de apoio, de forma a enfrentar adequadamente as crescentes demandas na produção de conhecimento em saúde.
- Reivindicar o estabelecimento de uma Política de Comércio Exterior no país, diferenciando as importações de instituições de ciência e tecnologia.
- Estimular a continuidade e o desenvolvimento de pesquisa e estudo de tecnologia apropriada de saneamento, bem como o suporte logístico biomédico às tecnologias desenvolvidas.

ENSINO

1 – DIRETRIZES

1 – Quanto à Política Nacional de Saúde

O problema central com que nos defrontamos hoje nesta área é o de como responder, simultaneamente, às profundas e diversificadas carências de quadros intelectuais, técnicos e

políticos qualificados em diferentes níveis, para a concretização da Reforma Sanitária, e ao desafio adicional de que estes quadros sejam não apenas competentes do ponto de vista estritamente técnico em sua área de atuação, mas que tenham também desenvolvidas suas capacidades de totalização, reflexão e crítica, inclusive no que tange às próprias formulações governamentais sobre o tema.

Em outras palavras, no quadro atual da Política Nacional de Saúde, é necessário aprimorar a capacidade técnico-operacional do corpo discente do sistema de ensino da FIOCRUZ, sem perder a tradição totalizante, reflexiva, crítica, e de autonomia intelectual, que tem sido uma de nossas características mais caras, originais, férteis e importantes.

Hoje, este duplo desafio torna-se ainda mais difícil, dada a crescente complexidade e extensão do objeto "saúde" e os novos patamares de responsabilidade técnica e política que vêm sendo assumidos crescentemente pelos agressores do sistema de ensino da FIOCRUZ. Acrescenta-se, como problema adicional, as dimensões continentais do país e a heterogeneidade de suas problemáticas regionais.

Por outro lado, os impasses e fracassos das práticas de atendimento ao processo de saúde/doença são reconhecidos, atualmente, como questões que não mais poderão ser negadas e/ou desconhecidas na investigação e no ensino em saúde. As significativas taxas de evasão, abandono de tratamento, complicações e mortes que vêm ocorrendo, apontam para a urgência de se alterar o atual paradigma que orienta a investigação e o ensino em saúde pública, nos campos de conhecimentos e/ou disciplinas.

Frente a este quadro, nossas diretrizes para o Projeto Institucional da FIOCRUZ na área de ensino são:

- Revisão dos conteúdos dos cursos do sistema de ensino da FIOCRUZ, visando ampliar sua multidisciplinaridade, mas sem perda da organicidade interna, com uma definição clara de objetivos, propósitos e impactos almejados.
- Desenvolvimento da capacidade técnico-operacional dos egressos, nas múltiplas áreas temáticas com que lidamos hoje.
- Identificação e incorporação de novas temáticas críticas aos cursos que hoje se encontram desatualizados.
- Descentralização da atividade docente, com apoio ao reforço dos núcleos estaduais e regionais de formação de recursos humanos.
- Privilegiamento da permanência em instituições próprias do sistema de ensino da FIOCRUZ, dos cursos de maior grau de complexidade temática e maior poder multiplicador, ou seja, cursos de especialização em temas críticos e cursos de pós-graduação "Strictu Sensu" (voltados à formação de docentes e pesquisadores), ressaltando, neste caso, o Politécnico da Saúde, por possuir características peculiares.
- Desenvolvimento do ensino de nível médio e elementar orientado por uma formação politécnica, isto é, formação que propicie ao educando a aquisição de conhecimentos técnico-operacionais e de fundamentos científicos e filosóficos que orientem determinada técnica.
- Recolocar a clínica e prática de atendimento como objetos legítimos de investigação e conhecimento de grupos específicos, com suas problemáticas, criando na FIOCRUZ um

espaço pioneiro para a abertura de um novo campo, com o objetivo de diminuir o distanciamento criado entre as práticas dos profissionais de saúde pública e as dos profissionais clínicos.

2 – Quanto à Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Trata-se aqui de formar recursos humanos capazes de expandir, criativamente, o campo do conhecimento nas diferentes áreas das ciências biomédicas básicas, do desenvolvimento tecnológico na produção de bens e de serviços e na saúde pública/saúde coletiva, de modo a ampliar a "massa crítica" necessária a maior autonomia do país nos campos das ciências e da tecnologia.

Neste sentido, uma Instituição como a FIOCRUZ deveria dar prioridade à criação ou desenvolvimento de cursos e disciplinas voltadas às áreas "de fronteira" do conhecimento e às novas técnicas no campo da pesquisa e da produção de bens e serviços.

2 – PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- A complexidade crescente do objeto "saúde", em função do acelerado desenvolvimento do conhecimento nesta área, dos novos patamares de responsabilidade política e técnica dos egressos do sistema de ensino da FIOCRUZ, e do crescimento da abrangência da noção de "direito à saúde" enquanto responsabilidade do Estado, desde às condições estabelecidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, até os novos dispositivos constitucionais sobre a matéria.
- A interdisciplinariedade crescente das questões da área de ensino.
- Inadequação e/ou ausência de decisões e iniciativas por parte do poder público quanto à formação de pessoal para o setor saúde no Brasil.
- A extensão geográfica do país e a heterogeneidade de suas problemáticas regionais.
- A desintegração atual das atividades docentes da FIOCRUZ – curso, departamento, unidade e áreas temáticas – e os diferentes níveis hierárquicos dos cursos.
- A dissociação entre nossa atividade docente atual e as necessidades e demandas dos serviços de saúde e do desenvolvimento científico e tecnológico.
- A dicotomia existente entre formação propedêutica e profissionalizante, no ensino de técnicos e auxiliares-técnicos, bem como a grande informalidade na formação de recursos humanos de nível médio e elementar.

3 – PROPOSIÇÕES

- A Vice-Presidência de Recursos Humanos deve se transformar em Vice-Presidência de Ensino, sendo redefinidas suas atribuições e estruturas.

- Criar, ou tornar efetivas, instâncias de articulação da atividade docente, na forma de Coordenação de Ensino Colegiada em nível de cada curso, unidade, área temática e da Fundação como um todo.
- Descentralizar a atividade docente, através do apoio a núcleos estaduais emergentes de formação de recursos humanos – aí incluídos aqueles vinculados aos centros regionais da FIOCRUZ – com ênfase aos cursos de menor complexidade temática e nível hierárquico no que diz respeito aos cursos de pós-graduação.
- Rever, de forma profunda, os conteúdos dos cursos atualmente oferecidos, ampliando a interdisciplinariedade e dando-lhes organicidade interna e clareza de resultados e impactos.
- Ampliar os campos de prática, utilizando unidades próprias do SUDS e de outras instituições.
- Criar mecanismos de avaliação permanente dos cursos, verificando a sua qualidade, adequação a objetivos, impactos, etc.
- Identificar temas críticos não cobertos pela oferta docente atual da Fundação, tendo como parâmetro as necessidades da Política Nacional de Saúde e de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Aproveitar o potencial pedagógico-educacional das diversas atividades de trabalho existentes na FIOCRUZ, ou seja, propiciar por meio de cursos, disciplinas e estágios, o ensino do conhecimento técnico e científico utilizado e produzido na Fundação. A exemplo disso, podemos mencionar a produção e desenvolvimento tecnológico de bens – imunobiológicos, fármacos e medicamentos – o controle de qualidade em saúde e seu correspondente desenvolvimento tecnológico, vigilância sanitária, história e preservação da memória em saúde pública e ciências biomédicas, arquitetura e projetos de laboratórios produção e manutenção de equipamentos para laboratórios, etc.
- Identificar e oferecer disciplinas de interesse comum a todos os setores, como por exemplo, filosofia da ciência, história das ciências biomédicas e da saúde pública, etc.
- Divulgar, periódica e sistematicamente, o conjunto de disciplinas que compõe cada um dos cursos de pós-graduação "Strictu Sensu", oferecidos pelas diversas unidades da FIOCRUZ, bem como a oferta do semestre letivo a iniciar-se, de modo que cada aluno, sob orientação adequada, mas independentemente de seu curso de origem, possa traçar uma trajetória curricular própria e mais acentuadamente multidisciplinar no sistema de ensino da Fundação.
- Participar, decisivamente, da redefinição e dinamização dos processos de capacitação de quadros técnicos especializados do país.
- Contribuir na formação de profissionais das organizações da sociedade civil em temas relativos à saúde pública.
- No entendimento de ensino em seu sentido mais amplo, propõe-se a criação de um programa de seminários (atividades) interdisciplinares, coordenados pela Presidência da FIOCRUZ, visando uma integração horizontal entre as diversas unidades da Instituição.

PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

1 – DIRETRIZES

1 – Quanto à Política Nacional de Saúde

Em relação a esta atividade, cabe fazer distinção entre a produção de imunobiológicos, medicamentos e fármacos.

O controle e a garantia de qualidade, inseridos nesse contexto, devem ser vistos na FIOCRUZ como um processo em desenvolvimento e consolidação, que deverá estar integralmente associado a um Projeto de Desenvolvimento Tecnológico Institucional.

Quanto à produção de imunobiológicos – ou mais especificamente, quanto à produção de vacinas, uma vez que o quadro no que tange a reagentes é distinto – verifica-se um desinteresse momentâneo das indústrias, tanto nacionais quanto estrangeiras, em atuar nesta área. Apesar da persistência de elevadas taxas de incidência e prevalência de doenças transmissíveis e de sua alta prioridade social, esta questão não vem recebendo a atenção necessária, devido à sua baixa rentabilidade econômica.

Diante dessa realidade, esta produção vem se concentrando nos órgãos oficiais, responsáveis hoje pela maior parte do desenvolvimento de vacinas para uso humano. Entre eles, a FIOCRUZ ocupa um papel de relevo, tanto pela magnitude de sua participação no mercado, quanto pela capacitação tecnológica já adquirida numa área essencial para o controle e erradicação de doenças transmissíveis.

Portanto, cabe à FIOCRUZ continuar investindo na modernização e expansão da produção de imunobiológicos em escala nacional, visando atender às necessidades de saúde da população e assim contribuir para a auto-suficiência nacional nesse setor. Além disso, a FIOCRUZ vem respondendo a eventuais demandas internacionais.

Quanto a esta questão, entende-se também que a produção industrial de vacinas e reagentes para diagnósticos é fundamental, uma vez que possibilita a integração entre pesquisa, desenvolvimento e produção.

No que diz respeito à produção de medicamentos a situação difere da anterior, pois existe um forte interesse de empresas privadas – nacionais e estrangeiras – em atender a este mercado de alta rentabilidade. Diante disso, a modernização e expansão do parque produtor do setor público e privado nacional devem ser apoiados pela FIOCRUZ. Estes setores, apesar da falta de uma política consistente, participam hoje, de forma significativa, na produção da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

Assim, cabe à FIOCRUZ estimular a produção, em escala, dos medicamentos da RENAME, visando atender às necessidades básicas da população.

Na área de fármacos – ou matérias-primas farmacêuticas – verifica-se, por sua vez, uma elevada dependência tecnológica e produtiva nacional. Deste modo, cabe à FIOCRUZ concentrar seus incentivos nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de fármacos essenciais, utilizando e

ampliando a competência já disponível nesta área, e repassando as tecnologias desenvolvidas para o setor público e privado nacional.

2 – Quanto à Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

A situação nacional nesta área pode ser considerada como de atraso, tanto do ponto de vista científico quanto tecnológico e industrial.

As políticas governamentais, apesar da prioridade formalmente reconhecida, são insatisfatórias por falta de planos concretos, de médio e longo prazos, que assegurem os investimentos necessários para superar o atraso.

O setor privado nacional, por sua vez, não tem condições de competir com as empresas multinacionais na pesquisa e desenvolvimento de produtos – por seu elevado custo e risco – numa área que exige investimentos constantes para manter-se em atualização. Este problema contribui, ainda mais, para aumentar a nossa dependência tecnológica e de insumos.

Dentro deste quadro, a FIOCRUZ constitui-se numa Instituição estratégica para o desenvolvimento e difusão científico-tecnológica no campo da saúde, uma vez que congrega elementos essenciais – ainda que insuficientes – em pesquisa, na área de biotecnologia, em produção de imunobiológicos, medicamentos e fármacos. Diante disso, cabe então à Fundação concentrar recursos nesta área, visando contribuir para a auto-suficiência de insumos e para o desenvolvimento científico-tecnológico nacional.

3 – Quanto à Autonomia Financeira

A área de produção, por sua natureza, é particularmente importante na geração de recursos que viabilizem financeiramente a FIOCRUZ. Para cumprir com esse papel adicional, as unidades de desenvolvimento e produção devem atender a requisitos de eficiência, qualidade, competitividade e retorno econômico.

Como contrapartida, esta exigência implica reconhecer que nestas unidades o processo de trabalho, e conseqüentemente sua organização, são diferentes das demais unidades que compõe a FIOCRUZ. Por isso, é necessário criar melhores condições para dotá-las de uma estrutura organizacional e administrativa – pessoal, compras, manutenção, etc. – com grau elevado de autonomia e eficiência, garantindo a estas unidades de produção o retorno de uma parcela dos recursos por elas gerados. Tais medidas têm como objetivo assegurar sua modernização tecnológica, administrativa e operacional.

2 – PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Falta de decisão política para cumprir diretrizes já existentes para os setores de pesquisa, desenvolvimento e produção, assim como a formulação de objetivos e estratégias de médio e longo prazos.
- Insuficiência de recursos financeiros – dado o volume do investimento necessário – que possibilitem viabilizar projetos – alguns já propostos – e atrair recursos humanos necessários, oferecendo-lhes condições de trabalho e de salários competitivos no mercado.
- Insuficiência de recursos humanos em quantidade e qualidade – "massa crítica" de pesquisadores e tecnólogos – para desenvolver adequadamente atividades pertinentes a esta área de produção.
- Existência de uma demanda concentrada quase que em um único comprador: o setor público. Este, por sua vez, depende das disponibilidades orçamentárias, o que dificulta a fixação de preços, comprometendo o retorno esperado.
- Isolamento entre as diversas unidades da FIOCRUZ, dificultando a integração de esforços necessários ao êxito dos projetos.
- Centralização de processos administrativos de manutenção, que não operam com a agilidade adequada ao processo produtivo característico desta área.

3 – PROPOSIÇÕES

- Criar a Vice-Presidência de Produção e Desenvolvimento Tecnológico, visando a articulação e o intercâmbio entre as unidades que atuam nesta área.
- Investir fortemente na modernização e expansão da produção de imunobiológicos.
- Estimular a produção, em escala, dos medicamentos da RENAME, em complementaridade à rede oficial.
- Procurar captar recursos financeiros específicos, visando desenvolver o projeto de planta industrial para a produção de imunobiológicos.
- Criar o Centro/Programa de Biotecnologia em Saúde, integrando os Departamentos de Virologia, Imunobiologia, Bioquímica e Biologia Molecular do Instituto Oswaldo Cruz, com o Setor de Pesquisa e Desenvolvimento de Bio-Manguinhos.
- Criar o Centro/Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Naturais, integrando departamentos e unidades da FIOCRUZ, e outras instituições interessadas, que desenvolvam atividades nesta área.
- Fortalecer os núcleos de Pesquisa e Desenvolvimento de Bio-Manguinhos e Far-Manguinhos.
- Estabelecer relações com instituições em geral, visando o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e produção para transferência e absorção de tecnologia nas áreas de fármacos, imunobiológicos e produção industrial.
- Estabelecer programas ampliados de desenvolvimento tecnológico, articulando as unidades da FIOCRUZ envolvidas com pesquisa e desenvolvimento, e produção industrial.
- Implantar, em Far-Manguinhos, uma unidade piloto, com o objetivo de desenvolver tecnologia de síntese e utilizá-la na produção de fármacos essenciais à Política Nacional de Saúde.

SERVIÇOS

Serviços Assistenciais

1 – DIRETRIZES

1 – Quanto à Política Nacional de Saúde

Existem atualmente diretrizes gerais de política governamental bastante claras e explícitas quanto à formulação e implementação das atividades assistenciais dos serviços de saúde.

Estas diretrizes apontam para a idéia-chave de descentralização – estadualização ou municipalização – dos serviços assistenciais federais e sua integração ao SUA – Sistema Único de Saúde. Este processo já está em curso há algum tempo e vem passando por etapas intermediárias e estratégias, com a co-gestão e as Ações Integradas de Saúde (AIS), estando atualmente na fase de implantação dos SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde.

Portanto, a situação apresentada hoje nesta área diz respeito à necessidade de se enfrentar com seriedade a discussão da descentralização, com a estadualização ou municipalização dos serviços assistenciais, premissas fundamentais na implementação da nova Política Nacional de Saúde, em que a FIOCRUZ tem participação ativa e importante desde o início de sua formulação.

Frente a esta situação, não poderemos assumir a atitude de defender uma diretriz de política governamental para esta área e, ao mesmo tempo, recusarmo-nos a pensar o destino das nossas unidades de serviços ligadas à assistência.

Paralelamente, e como parte desta reflexão, é necessário (re)pensar essas unidades da FIOCRUZ, segundo as suas especificidades e os seus respectivos projetos de desenvolvimento, vinculados ao Projeto Institucional mais amplo e ao processo de transformação setorial em curso.

Atividade de ensino e/ou pesquisa de qualquer natureza devem estar presentes também, como pré-requisito de qualidade, nas unidades de excelência da rede do próprio SUDS.

Uma dada unidade assistencial constituir-se em Centro de Referência (nacional, estadual ou regional) para qualquer atividade, não pressupõe por definição sua localização na rede própria do sistema unificado e descentralizado.

Por outro lado, esta questão é muito mais complexa do que aparenta ser e não se resolve com o simples (re)arranjo organizacional. O que fazer com os hospitais universitários nesse processo, por exemplo, ainda é uma discussão polêmica e sem solução.

Um argumento adicional, mas não menos importante, é o fato de que a Reforma Tributária, já aprovada na Constituinte, aponta no sentido da diminuição da apropriação federal de arrecadação tributária com o correspondente aumento das parcelas destinadas a Estados e Municípios, acrescentando-se, no caso da saúde, o repasse de recursos do INAMPS para as unidades da Federação.

Apesar do exposto acima, a continuidade da implementação do processo de descentralização dos serviços de saúde constitui-se num procedimento complexo e necessariamente gradativo.

A diretriz da FIOCRUZ quanto a esta questão não deve ser, portanto, nem a de opor-se ao processo de descentralização em curso, nem a de aceitar, de maneira irresponsável, a transferência de suas atuais unidades assistenciais para a rede do SUDS.

Propõe-se então como diretriz, desenvolver um processo de discussão e reflexão que se materialize num conjunto de medidas concretas que viabilizem uma transição da situação atual para a situação futura, e que possam vir a representar uma contribuição da FIOCRUZ ao processo de implantação do SUDS.

Sendo assim, no que se refere às unidades de serviços ligados à assistência, a FIOCRUZ deve preservar como serviços próprios aqueles em que o componente assistencial esteja planejado e estruturado em função da pesquisa e da capacitação de recursos humanos. Estes devem ser relacionados às atividades de pesquisa básica ou aplicada, aos agentes biológicos responsáveis por doenças, ou à produção de imunobiológicos, medicamentos e fármacos destinados respectivamente ao diagnóstico, tratamento e controle das mesmas, entre outras.

Quanto aos demais, é necessário (re)defini-los segundo os parâmetros norteadores enunciados acima.

2 – Quanto à Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

No tocante à Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é necessário prosseguir no esforço de formulação e desenvolvimento de modelos para a implementação da Reforma Sanitária, bem como para o acompanhamento e avaliação deste processo. Tal processo deve ser traduzido em atividades de pesquisa, nas várias áreas do conhecimento, buscando resolver questões ligadas à organização dos serviços, aos mecanismos gerenciais e técnicos-administrativos, à relação com os usuários e sua participação nas decisões inerentes a esta área, ao efeito final das medidas propostas sobre as condições de assistência e de saúde da população, e à avaliação da eficiência e eficácia de procedimentos diagnósticos e terapêuticos, entre outras questões.

Estas atividades formam, no seu conjunto, uma área em que a FIOCRUZ tem tradição e deve desenvolver sua capacitação para continuar atuando criativamente. Entretanto, isto nos remete a uma discussão que se situa nas fronteiras da atividade assistencial com outras atividades, especificamente ensino e pesquisa, tocando, portanto, na questão crítica da integração. O reconhecimento da importância destas atividades no interior de suas unidades assistenciais é fundamental para a FIOCRUZ.

Outra questão para a qual ainda não temos resposta, e onde há um papel a ser desempenhado pela FIOCRUZ, é como integrar as unidades de serviços ligados à assistência, que realizam atividades de ensino e pesquisa na rede de serviços do SUDS, garantindo, por um lado, a qualidade e continuidade do trabalho que já vem sendo desenvolvido, e por outro, a efetiva construção do SUS.

2 – PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Dificuldades políticas, organizativas e técnico-operacionais de várias ordens para a implementação prática das diretrizes de descentralização.
- Dificuldades de integração entre instituições com origens históricas, forma de organização, técnicas e práticas administrativas distintas.

Outras Atividades de Prestação de Serviços e Cooperação Técnica

Incluem-se aqui as seguintes: Controle de Qualidade em Saúde; Controle de Doenças Transmissíveis; Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas; Proteção à Saúde do Trabalhador e à Ecologia Humana; Apoio ao Programa Nacional de Imunizações, que envolvem hoje diversas unidades da FIOCRUZ.

2 – DIRETRIZES

1 – Quanto à Política Nacional de Saúde

Prestação de Serviços

Existem áreas críticas e estratégicas para a implementação e condução da nova Política Nacional de Saúde que exigem uma coordenação única, tais como: a vigilância epidemiológica, sanitária, o controle ambiental, a qualidade dos insumos, distribuição de imunobiológicos e o controle de doenças transmissíveis. Atualmente, a FIOCRUZ já é sede de alguns Centros de Referência Nacional e Internacional na área da saúde.

Assim, o Projeto Institucional da FIOCRUZ deve apontar na direção de não apenas manter as atividades que ora executamos nestas áreas, mas também de (re)defini-las segundo os critérios da necessária integração entre as várias unidades e/ou setores ou subunidades que nelas atuam.

Nessa expectativa, tendo em vista a necessidade do contínuo aperfeiçoamento da Política Nacional de Controle de Qualidade de Insumos na área da saúde e o papel que ora desempenha a Fundação neste campo, é importante buscar o incremento de sua participação na formulação e execução desta política.

As unidades e laboratórios que prestam serviços como controle de qualidade de drogas, alimentos, sangue, toxicologia, vigilância epidemiológica de doenças infecciosas e parasitárias, e outros, deverão integrar-se em redes de âmbito nacional, constituindo-se, sempre que possível, em Centros de Referência. Esta condição implica não apenas a prestação de serviços de maior complexidade, como também no estabelecimento de normas de padrões de qualidade e apoio aos demais

integrantes da rede, através de assessoria e capacitação de recursos humanos. Na FIOCRUZ, estes serviços devem articular-se funcionalmente para melhor aproveitamento da capacidade instalada e potencialização do relacionamento com Estados e Municípios.

A atuação da FIOCRUZ como Laboratório de Controle de Qualidade de Insumos de interesse à Saúde Pública vem, gradativamente, criando condições para assumir, através do INCQS, o papel de Laboratório de Referência do Ministério da Saúde.

As condições vêm sendo estabelecidas através de:

- a.** desenvolvimento e normalização de metodologia e padrões analíticos;
- b.** implantação e coordenação de programas de garantia de qualidade;
- c.** avaliação técnico-operacional de laboratório de controle de qualidade para a formação de rede nacional
- d.** formação de recursos humanos.

O intercâmbio e a cooperação mútuos com outras instituições nacionais e internacionais de pesquisa, produção, controle de qualidade, além de entidades financiadoras, oferecem subsídios para fomentar as condições supra citadas.

A FIOCRUZ está apta a contribuir na área de vigilância sanitária com duas das propostas formuladas na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) e incorporadas ao processo da Reforma Sanitária: assegurar a qualidade dos produtos consumidos pela população e a descentralização desses serviços de saúde, como coordenadora da Rede Nacional de Laboratórios de Controle de Qualidade.

Quanto à vigilância epidemiológica, a atuação da FIOCRUZ como referência nacional no controle de doenças infecciosas e parasitárias é inegável, devendo, entretanto, ser ampliado o seu papel como Centro de Referência Nacional para a Rede de Laboratórios de Doenças Infecciosas e Parasitárias.

No que tange à saúde do trabalhador e ecologia humana, a FIOCRUZ vem desenvolvendo um trabalho, visando implantar, em nível nacional, uma rede de laboratórios de toxicologia intercalibrados e referenciados, com capacidade para analisar toxicologicamente material biológico, em caráter de emergência ou ambulatorial, e também apreciar as atividades dos programas de atenção à saúde do trabalhador e outros de prevenção e controle das intoxicações por substâncias químicas.

Cooperação Técnico-Científica, Consultorias e Assessorias

Diversas atividades finalísticas da FIOCRUZ, e ainda algumas das áreas meio, se constituem em referência nacional, e por vezes internacional, em função do nível de especialização alcançado e da consolidação e permanente desenvolvimento científico de específicos objetos de trabalho – de políticas de saúde à tecnologia de equipamentos, organização de serviços de saúde, etc. Esta

qualificação tem habilitado historicamente a FIOCRUZ, através de suas várias unidades e inúmeros setores, a realizar atividades de prestação de serviços qualificados como de cooperação técnica (assessorias/consultorias) em praticamente todos os Estados da Federação e mesmo em diversos países. No entanto, tais atividades poucas vezes possuem caráter institucional tanto quanto da solicitação (cliente), quanto na prestação de serviço (profissional da FIOCRUZ).

A cooperação técnica na FIOCRUZ necessita, portanto, enquadrar-se nas diretrizes e prioridades definidas no âmbito da Reforma Sanitária e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, assumindo mais um papel de interface da FIOCRUZ com as demais instituições, secretarias, universidades, institutos de pesquisa, etc.

Desse modo, devem ser identificadas as potencialidades da prestação de serviços em cooperação técnica existentes na FIOCRUZ, as possibilidades de articulação técnica com os Estados da Federação (Secretaria de Saúde – SUDS), e como tais atividades permitirão retorno e desenvolvimento das diversas áreas de atuação – ensino, pesquisa e prestação de serviços. A consolidação da área de cooperação técnica na FIOCRUZ permitirá ainda o surgimento de mais uma opção para captação de recursos financeiros, fortalecendo a autonomia relativa da Instituição.

Há necessidade, portanto, da definição de uma Política Institucional de Cooperação Técnica, com identificação de prioridades e alocação de recursos específicos nesta área, que deverá ser formulada conjuntamente à definição das políticas de ensino e pesquisa, e norteadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico e pela Reforma Sanitária.

Serviços de Apoio Técnico-Científico

A FIOCRUZ tem implementado uma política de criação e fortalecimento de serviços de apoio às suas atividades internas e externas. Entretanto, é necessário aprimorar as atividades de captar, reconhecer, processar, armazenar, integrar, analisar e publicar os dados científicos e tecnológicos da Fundação, através de um Sistema de Gerenciamento da Informação Científica mais ágil e eficiente, assim como aquelas referentes à oferta destes serviços à sociedade.

2 – PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Ausência de um Plano Nacional de Desenvolvimento de Laboratório em Saúde, o que gera a existência de projetos isolados tanto nas instituições, que deveriam atuar como Centros de Referência do Sistema, como nos Estados e Municípios.
- Deficiência de condições materiais e de recursos humanos capacitados para assumir, em nível estadual, regional e local, as ações na base dos sistemas.
- Dificuldades de articulação interna entre os diversos setores ou unidades da FIOCRUZ, o que impede o aproveitamento das potencialidades de atuação da Instituição nesta área.

3 – PROPOSIÇÕES

- Criação de uma comissão integrada por representantes das diversas áreas de atuação da FIOCRUZ, responsável por conduzir o processo de discussão proposto: (re)pensar as unidades de serviços ligadas à assistência segundo as suas especificidades e seus respectivos projetos de desenvolvimento, vinculados ao projeto institucional mais amplo e ao processo de transformação setorial em curso.
- Criação de formas de discussão com propósito de interação FIOCRUZ/SUDS, visando potencializar as ações nas áreas de atuação da FIOCRUZ e na sua interface com os serviços do SUDS.
- Fortalecimento das atividades de pesquisa e formação de recursos humanos nestas unidades.
- Elaboração de um programa integrador dos diversos setores e unidades da FIOCRUZ que atuam na área de laboratórios de referência em saúde.
- Participação da FIOCRUZ no desenvolvimento de um Programa Nacional de Vigilância Epidemiológica.
- Capacitação dos laboratórios de referência da FIOCRUZ para desenvolver as seguintes atividades:
 - Pesquisa e desenvolvimento de metodologia analítica na área de saúde;
 - Formação de recursos humanos;
 - Participação da definição da Política Nacional de Saúde;
 - Avaliação técnica dos laboratórios integrantes da rede nacional;
 - Coordenação da Rede Nacional de Laboratórios de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS) e Toxicologia (CESTEH).
- Capacitação do INCQS para o credenciamento e atualização técnico-operacional dos laboratórios pertencentes à Rede de Controle de Qualidade de Insumos.
- Centralização no INCQS dos dados referentes aos programas de vigilância sanitária, realizados pelos laboratórios associados ao INCQS, e à legislação respectiva, de modo a possibilitar um panorama da situação nacional da qualidade dos produtos na área de saúde, que permita subsidiar a formulação das diretrizes da Política Nacional de Vigilância Sanitária.
- Publicação de manuais técnicos para toda a área de serviços da FIOCRUZ.
- Incorporação dos temas referidos à vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, controle de qualidade e outros afins, aos cursos oferecidos pelo sistema de ensino da FIOCRUZ.
- Definição de uma política institucional de cooperação técnica, com identificação de prioridade e alocação de recursos específicos nesta área.
- Elaboração de um programa integrador das diversas áreas da FIOCRUZ prestadoras de serviços de cooperação técnica, consolidando a Instituição como um órgão de excelência em cooperação técnica em saúde.
- Criação de mecanismos para formalizar e disciplinar a prestação de serviços entre a FIOCRUZ e outras instituições ou demais usuários (convênios, protocolos de cooperação técnica, projetos, etc.).
- Estabelecimento de formas de remuneração dos serviços prestados pela FIOCRUZ a outras instituições, com preços diferenciados para instituições públicas, organizações da sociedade civil e organizações empresariais.
- Criação do Programa Nacional Integrado de Tóxico-Farmacologia na FIOCRUZ, que passa a substituir a denominação anterior de Sistema Nacional de Informações Tóxico-

Farmacológicas. A coordenação do programa será composta pelas unidades da FIOCRUZ voltadas a este campo.

- Implementação e normatização do sistema de bibliotecas, constituído pelas Bibliotecas de Manguinhos, Biblioteca Lincoln de Freitas Filho (ENSP), Biblioteca do Instituto Fernandes Figueira, vinculando os Centros de Apoio Documental da FIOCRUZ a uma das bibliotecas do sistema.
- Identificar, gerenciar e difundir bases de dados de interesse institucional nas áreas de saúde, ciência e tecnologia.
- Criar logo após o encerramento do Congresso, um fórum composto por todos os setores que trabalham com o objeto informação, visando traçar as diretrizes para a definição de uma Política de Informação para a FIOCRUZ.
- Criação de um Conselho de Planejamento para área de informática da FIOCRUZ, ligado à SIC.
- Definição da Política de Informática em Ciência e Tecnologia da FIOCRUZ, através do mencionado Conselho, em conjunto com a SUPLAN e a Presidência.
- Realização de esforços no sentido de reverter a situação criada pela recente Portaria Ministerial, que subordina as compras de material de computação a uma prévia autorização emanada de Brasília, o que tem provocado longos atrasos no processo de compra de hardware e software.
- Criação de um Sistema Integrado de Arquivo na FIOCRUZ, a ser coordenado pela SAG, assessorada por um conselho composto por representantes de todas as unidades e superintendência, e supervisionado pela Casa de Oswaldo Cruz, principalmente no que diz respeito à definição e aplicação das rotinas de seleção, descarte e recolhimento de documentação em caráter administrativo ou finalístico, destinada à guarda permanente. Através de seu Departamento de Arquivo e Documentação Histórica, a Casa de Oswaldo Cruz se responsabilizará pela guarda, preservação, tratamento técnico e divulgação da documentação de caráter histórico de diferentes tipos e suportes (documentos textuais, audio-visual, fotográfico, etc.) produzida e/ou acumulada pela FIOCRUZ.
- Reafirmar o compromisso de restaurar e preservar os prédios históricos da FIOCRUZ, valorizando a sua utilização.
- Garantir a preservação do acervo museológico da FIOCRUZ e das coleções científicas de caráter histórico.
- No que diz respeito à promoção cultural, a atuação da FIOCRUZ neste campo deverá traduzir uma nova visão de utilização do seu patrimônio artístico e ambiental, com uma programação anual que atenda às expectativas da comunidade da Instituição, assim como de moradores, movimentos culturais e comunitários, escolas e grupos dos arredores.
- Criar um Núcleo de Apoio a eventos técnico-científicos da FIOCRUZ, vinculado à SIC, para dar suporte técnico e apoio logístico aos organizadores de congressos e outros eventos.

RECURSOS HUMANOS

1 – DIRETRIZES

A FIOCRUZ é uma instituição que tem o seu processo de trabalho e produção fundamentalmente dependente de recursos humanos. Apesar da modernização tecnológica e da utilização de novas instalações, os vários objetos de trabalho, produtos meios e finalísticos da FIOCRUZ, não deixarão de ser fortemente dependentes da qualificação e nível de adesão/compromisso do seu quadro de recursos humanos.

Historicamente, nem sempre houve adequado desenvolvimento de uma política de recursos humanos em consonância com os objetivos institucionais, facilitando o comprometimento de propósitos e metas pré-definidas, ainda que não exclusivamente dependentes de recursos humanos. As distorções, eventualmente geradas, possuem repercussões, ao longo do tempo, dada as características particulares dos recursos humanos no setor público ou estatal, que quando não são objeto de uma adequada política de desenvolvimento (seja no campo de aperfeiçoamento profissional ou na recompensa salarial/benefícios), podem levar a estagnação da Instituição como um todo ou mesmo em áreas específicas.

O desenvolvimento da FIOCRUZ deve ser sinônimo do desenvolvimento de seus recursos humanos e vice-versa. Diagnosticar problemas de produtividade, de qualidade e oportunidade de produção, de infra-estrutura, etc., é diagnosticar, no nosso caso, ausência ou irrelevância de uma política adequada de recursos humanos, no que concerne ao desenvolvimento e à administração de pessoal, incluindo aí a recompensa salarial, de benefícios, além da participação nos objetivos e nos resultados positivos da Instituição.

Nesse contexto, o propósito de desenvolvimento de recursos humanos da Instituição se confunde; ele deve ter prioridade associada, e em mesmo nível, às suas diversas áreas finalísticas. Portanto, a diretriz básica desta área diz respeito à formulação e aplicação de recursos humanos que possibilite o seu permanente desenvolvimento e nível de adesão ao Projeto Institucional. Esta política significa a prática de uma administração de pessoal moderna e democrática, desde o ingresso no quadro até critérios justos e transparentes de progressão funcional/salarial.

A definição de um Plano de Cargos e Salários deve ser ajustada e subordinada aos propósitos institucionais. Os benefícios e vantagens devem ser efetivos instrumentos de valorização do profissional e da empresa. Um plano de formação e desenvolvimento de pessoal deve ser concebido, associado às definições das prioridades da Instituição, ressaltando-se a permanente avaliação de competência e produtividade, com critério fundamental para estímulos, benefícios e vantagens diferenciadas.

2 – PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Insuficiência de propostas e ações sistematizadas de valorização e qualificação dos recursos humanos da FIOCRUZ.
- Convivência do quadro permanente de pessoal com um quadro temporário vinculado a projetos, com atribuições nem sempre claras, mas sim superpostas em várias áreas de atuação da Instituição.

- Inadequação e defasagem do atual Plano de Cargos e Salários à realidade da FIOCRUZ.
- Insuficiência de uma Política Salarial e de Benefícios que valorize o profissional e eleve o nível de compromisso/adesão deste para com a Instituição.
- Insuficiência de mecanismos e critérios eficazes e transparentes de acompanhamento e avaliação do desempenho profissional nos diversos níveis e em suas várias especificidades.

3 – PROPOSIÇÕES

- Criar um Conselho de Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos, vinculado à Presidência da FIOCRUZ, com caráter institucional e representativo dos funcionários das diversas áreas.
- Elaborar um Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos, sob a responsabilidade do Conselho acima mencionado, em consonância com as formulações estabelecidas no Projeto Institucional, atendendo às prioridades e especificidades das grandes áreas de atuação da FIOCRUZ.
- Acompanhar o gerenciamento das ações de administração de recursos humanos, assegurando que as mesmas reflitam as políticas definidas, que sejam transparentes e garantam a participação dos empregados.
- Desenvolver um Banco de Dados informatizado que possibilite um adequado acompanhamento do perfil profissional dos funcionários da FIOCRUZ, e seu nível de especialização/desenvolvimento, utilizado como instrumento de gerência de recursos humanos.
- Adequar o atual processo de elaboração do Plano de Cargos e Salários ao Projeto Institucional, produto deste I Congresso, aos funcionários vinculados a projetos (pagos com outros recursos que não sejam do Tesouro), de modo que estes possam usufruir de benefícios e vantagens, tais como, progressão funcional e salarial. Isto deverá ocorrer mediante critérios específicos de avaliação, levando-se em conta a disponibilidade dos recursos de cada projeto.
- A FIOCRUZ, através de seus serviços próprios de saúde, deverá avaliar a cada dois meses a situação dos empregados afastados por razões de ordem médica, emitindo laudo da situação, parecer técnico e recomendação de medidas a serem tomadas, visando a situação do empregado e as responsabilidades da Instituição.
- Criar um mecanismo de avaliação permanente de desempenho e mérito técnico-científico, utilizando critérios transparentes, e universalmente aceitos, como base fundamental para as promoções e incentivos concedidos ao pessoal da FIOCRUZ.
- Instituir o Ano Sabático, mecanismo que possibilita ao funcionário pleitear, a cada seis anos de serviço, licença com remuneração durante um ano, para desenvolver projeto previamente definido e de caráter relevante às áreas de atuação da FIOCRUZ. A aprovação dos pedidos de licença deverá passar pelos fóruns apropriados das respectivas unidades técnicas, pelos colegiados das vice-presidências envolvidas e pelo Conselho de Política e Desenvolvimento de Recursos Humanos.
- Estimular a atualização permanente dos funcionários, oferecendo condições para sua participação em congressos, seminários, cursos, viagens, estágios de observação, etc.; o intercâmbio com outras instituições acadêmicas; acessibilidade à bibliografia atualizada,

através de bibliotecas e outros métodos modernos de informação técnico-científica; e a realização de trabalhos e publicações.

- Adotar o sistema de dedicação exclusiva opcional, atribuído após avaliação dos colegiados das respectivas unidades quanto a pertinência e relevância dos pedidos individuais para o desenvolvimento do Projeto Institucional da FIOCRUZ. Nesse sentido, deverão ser feitas gestões junto ao Governo Federal, para possibilitar o pagamento de adicional por dedicação exclusiva.
- O ingresso de pessoal no quadro permanente de funcionários da FIOCRUZ será feito através de processo público de seleção.
- Desenvolver, junto ao pessoal que desempenha atividades meio (tanto na administração central quanto nas unidades), processos de formação e informação relativas aos conteúdos das atividades fim respectivas.

ÁREA MEIO

1 – DIRETRIZES

Ao longo desses últimos anos, a FIOCRUZ expandiu fortemente suas atividades fim, através da assinatura de inúmeros convênios que levaram à criação de novas áreas de trabalho e ampliação das já existentes.

Este crescimento, transcorrido em curto espaço de tempo, produziu um aumento inusitado de solicitações às áreas meio, que se viram sem condições de atender demandas com a celeridade requerida, por inadequação organizacional e carência de recursos humanos e materiais.

Para superar tal defasagem, foram criadas novas instâncias administrativas – Prefeitura do Campus e Superintendência de Informação Científica (SIC) – e reestruturou-se a Superintendência de Administração Geral (SAG), procedendo esta última, entre outras decisões, a descentralização da execução orçamentária para as unidades e a informatização dos processos administrativos, visando superar o atraso tecnológico neste campo e aumentar a velocidade de respostas.

Apesar das reformas mencionadas, as áreas meio – mais especificamente a SAG e a Prefeitura – continuam com dificuldade no atendimento às demandas, constituindo-se com isso em setores críticos, colocando em risco o desenvolvimento das áreas fim da FIOCRUZ.

Cabe destacar, no entanto, que a administração de qualquer instituição pública, pela natureza burocrática de sua atuação – funcionando com base na legislação, normas administrativas, rotinas, etc. – e pela ideologia e prática que derivam desta natureza, é uma área de reestruturação difícil, requerendo um período de tempo relativamente prolongado e a formulação de estratégias específicas, para adequar-se às transformações que ocorrem em outros setores da organização. Isto, associado a outros fatores, como o nível de complexidade das unidades, nos leva a discutir a melhor forma de viabilizar a descentralização dos processos administrativos.

Deve-se reconhecer que a discussão sobre as atividades meio e, em particular, sobre a estrutura desejada para a administração central e suas relações com os setores administrativos das unidades fim, foi objeto de discussão até aqui insuficiente.

Diante dessa realidade, propõe-se a mudança de postura da Instituição em relação às áreas meio, com o reconhecimento de sua importância para a consecução dos objetivos das áreas finalísticas.

A partir desta mudança, é necessário obter recursos financeiros para atender carências específicas desta área, de forma harmoniosa, proporcional e integrada com as necessidades das demais unidades. Entretanto, pontos de estrangulamentos já identificados devem ser abordados de imediato, sob pena de se aumentar o hiato hoje existente entre as áreas fim e meio.

Para tanto, têm que ser definidas, em metas e linhas de ação, as proposições aprovadas neste I Congresso. O planejamento dessas linhas de ação deve ser amplamente discutido pela comunidade e acompanhado pela democratização da informação sobre seus objetivos, de maneira que se amplie o controle social destas atividades.

O correto dimensionamento e a compreensão do papel da área meio deve-se dar em função de um perfil institucional claro, com prioridades de ação bem definidas. Porém, a reformulação desta área não deve esperar a completa definição deste projeto, devendo ser processado simultaneamente.

Propor tal processo como busca de resultados mais profundos e estruturais a médio prazo (uma vez que sua duração não pode deixar de ser relativamente prolongada, principalmente se garantidos os requisitos de democracia e de reflexão apontados acima) não deve implicar, no entanto, em paralisia a curto prazo. Isso quer dizer não só que as atividades meio devem continuar buscando soluções para os problemas administrativos – já identificados e vividos, às vezes de forma dura, por todos nós no cotidiano – mas também que desde já, devem iniciar um processo de reflexão e discussão interna sobre medidas de maior amplitude, profundidade, fôlego e prazos de maturação.

Como diretrizes gerais, acreditamos que a solução estrutural dos problemas apresentados pelas áreas meio da FIOCRUZ passa pelo aprofundamento da reforma organizacional, pela adequação qualitativa e quantitativa dos recursos humanos envolvidos e pelo investimento em sua transformação tecnológica e na base material, com vistas a atender às demandas atuais e futuras.

Deve-se, portanto, realizar os investimentos necessários para que as áreas meio – tanto na administração central como nas unidades – tenham condições para, de imediato, corrigir as distorções mais gritantes e, a médio prazo, dar respostas realmente eficientes às demandas.

2 – PROBLEMAS IDENTIFICADOS

- Indefinição, até hoje, de um Projeto Institucional e de um Plano Diretor que dê as diretrizes adequadas para a organização e formas de atuação das áreas meio.
- Ausência de uma política criteriosa que garanta o treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais e técnicos ligados a estas áreas.

- Restrições para a contratação e/ou substituição de pessoal, que impedem o aumento e a renovação dos quadros existentes.
- Dificuldades no relacionamento com as unidades fim, geradas pela falta de respostas oportunas às demandas destas últimas e por falta de um fórum adequado.
- Inexistência de definição de prioridades e de programação conjunta de necessidade com as áreas fim, sobretudo no que diz respeito a compras, obras e manutenção.
- Problemas – mais agudos na Prefeitura – de organização, espaço físico, infra-estrutura material, adequação tecnológica e recursos humanos.
- Falta de treinamento e de compreensão do processo de informatização por parte do pessoal que deveria estar envolvido em sua operação.
- Falta de condições, em algumas unidades – em função dos diferentes estágios de desenvolvimento administrativo – de absorver adequadamente as atividades já descentralizadas.
- Nos relatórios das unidades, destacam-se como problemas que dificultam a operação, a centralização de processos e a inoperância de alguns setores-chaves da SAG (compras, comunicação, tesouraria, com ênfase às importações de equipamentos e material de consumo) e da Prefeitura (manutenção, recuperação de equipamentos e obras).

3 - PROPOSIÇÕES

- Estabelecer, pós-Congresso, um processo amplo de discussão para reforma administrativa na FIOCRUZ, com ênfase à definição de uma Política de Recursos Humanos.
- Identificar, desde já, os pontos mais críticos das áreas meio e adotar as decisões necessárias para corrigir as distorções no menor prazo possível.
- Constituir um Fundo de Desenvolvimento para as áreas meio, destinando, para tanto, uma parcela dos recursos de outras fontes, além da criação de um Centro de Custos.
- Estabelecer uma assessoria das áreas meio, na elaboração dos itens de orçamento das unidades que envolvam a aquisição de equipamentos, manutenção, obras, serviços e administração, bem como incluir nos orçamentos das unidades, recursos que serão destinados à manutenção, obras e serviços.
- Incluir nos projetos, sempre que possível, uma taxa de administração que contemple os serviços administrativos, infra-estrutura física e manutenção.
- Aprofundar o processo de informatização, desenvolvendo sistemas específicos, identificando bases de dados de interesse institucional, racionalizando a aquisição e distribuição de softwares e promovendo o treinamento e consultoria em micro-informática nas diversas unidades da FIOCRUZ.
- Desenvolver um programa de capacitação dos quadros atuais, visando a sua qualificação profissional e técnica, além de processos de formação e informação junto ao pessoal que desempenha atividades meio – tanto na administração central quanto nas unidades – relativos aos conteúdos das atividades fim específicas.
- Descentralizar criteriosamente, resguardando as normas legais e administrativas, aqueles processos que diminuem os trâmites burocráticos e aumentem a velocidade de respostas às necessidades, mantendo o estreito inter-relacionamento com a administração central.

- Desenvolver novas áreas, ou ampliar as já existentes, para atender às solicitações não tradicionais, que têm aumentado ou tendem a aumentar no futuro, como por exemplo, gerência de vendas, importação, exportação, etc.
- Consolidar a área de gestão tecnológica como campo de atuação prioritário para o desenvolvimento institucional, integrando com esta finalidade as diferentes instâncias de atuação da FIOCRUZ com atribuições nesta área.
- Definir critérios e mecanismos claros e adequados para avaliação desta área.
- Implementar um processo gerencial participativo, com o fortalecimento de mecanismos coletivos existentes (como o Conselho de Administração da SAG) e a criação de outros, envolvendo os demais setores da área meio.
- Criar a Prefeitura da FIOCRUZ, responsável pela manutenção geral da Instituição.
- Organizar um espaço físico unificado para os diversos setores de atividades da Prefeitura, visando melhorar sua atuação.
- Definir um fórum adequado para a discussão de questões relativas ao planejamento da infraestrutura de manutenção, obras e serviços, tendo a Prefeitura um papel de assessoramento técnico em questões relativas às estratégias de desenvolvimento físico da FIOCRUZ.
- Organizar um Centro de Estudos Interdisciplinar de Desenho Aplicada a Edificações e Equipamentos para a Saúde, incentivando o desenvolvimento de tecnologia, de manutenção e de projetos que levem em consideração a preservação da saúde dos trabalhadores e dos usuários dos produtos, particularmente em relação à biosegurança.
- Formar um Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ, onde a Prefeitura tenha representantes nas áreas de engenharia, arquitetura e desenho industrial.
- Unificar o Parque Gráfico da Fundação Oswaldo Cruz, que será responsável pela infraestrutura de composição, fotolitos e impressão de publicações da FIOCRUZ, no âmbito da Superintendência de Informação Científica (SIC).

RESOLUÇÃO E MOÇÕES

RESOLUÇÃO

O 1º Congresso da Fundação Oswaldo Cruz declara-se em processo de mobilização permanente do período de tramitação do Estatuto proposto até sua aprovação, podendo sua plenária ser convocada a qualquer tempo pelo Presidente da FIOCRUZ, para examinar questões consideradas pertinentes.

MOÇÕES

- A Assembléia dos delegados eleitos das unidades da Fundação Oswaldo Cruz, reunida no I Congresso da FIOCRUZ, encaminha ao Sr. Ministro da Saúde, Dr. Luiz Carlos Borges da Silveira, o firme apelo de que seja reiterado junto à Presidência da República a necessidade, premente, de solução para a crise de insuficiência quantitativa de pessoal por que passa esta Instituição.

- O atendimento a esta questão evitará que a grave carência de recursos humanos conduza a FIOCRUZ a estagnação e ao retrocesso em diversas áreas, no momento em que diretrizes renovadoras e construtivas emanam do presente Congresso.
- Considerando o brilho, a competência, a lisura e a simpatia com que secretariou e conduziu a mesa, a Plenária do 1º Congresso da Fundação aprova uma moção de louvor e reconhecimento ao Dr. Paulo Gadelha.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1988